

Lula abandona Orçamento Participativo

F. 18.8 P. E12 ELEIÇÕES

FÁBIO ZANINI
DA REPORTAGEM LOCAL

O PT não implantará em âmbito federal uma de suas mais conhecidas criações, o Orçamento Participativo, em um eventual governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Haverá no máximo o estímulo a fóruns de debate por áreas específicas, como saúde e educação, mas nada que se assemelhe às assembleias populares realizadas em municípios e Estados, que têm caráter deliberativo.

"Não há a menor perspectiva de implementação do Orçamento Participativo federal sem antes haver o fortalecimento das instituições democráticas e sem a redefinição do pacto federativo", diz a cientista política **Maria Victoria Benevides**, professora da Universidade de São Paulo (USP) e integrante da comissão que elabora o programa de governo do candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva.

legendas, que acabaram "comprando" a idéia do PT.

Se o êxito no nível local foi incontestável, na esfera estadual o Orçamento Participativo enfrenta algumas dificuldades.

A ponto de o governo petista do Estado do Mato Grosso do Sul ter, no final do ano passado, cancelado a destinação orçamentária para o programa.

"A medida que se aumenta a escala de abrangência do Orçamento Participativo, mais crescem as dificuldades. É um instrumento, valioso para a esfera local e que precisa ser aperfeiçoado para a estadual. No nível federal, não acho viável", diz o professor da USP Francisco de Oliveira, que coordena documento sobre reforma política em preparação pelo Instituto Cidadania, ONG integrada pelo presidencialista petista.

O documento servirá de subsídio para a plataforma petista e deve estar pronto em setembro.

Prioridades

O Orçamento Participativo é feito por meio de assembleias populares, divididas por "distritos", em que são elencadas prioridades diretamente pelos cidadãos, como as obras que devem ser feitas na localidade em determinado período.

Elas são contempladas em uma fatia do Orçamento.

Na avaliação do PT, O Orçamento Participativo é um importante instrumento de democratização do Estado.

Os adversários do partido, no entanto, acusam-no de retirar legitimidade de vereadores eleitos, que teriam o poder de decisão sobre os Orçamentos.

Oliveira também afirma que o Orçamento Participativo federal poderia ensejar o que ele chama de "confusão" institucional.

"Equivaleria a criar um poder paralelo ao Congresso. Haveria problemas de constitucionalidade", declara o professor da USP.

Além do Orçamento Participativo, o PT também retirou de seu programa de governo a meta numérica de assentamento de famílias (leia texto nesta página).

PROGRAMA DO PT

Reforma agrária

29 Jun. 02 - João Wainer/Folha Imagem

Meta de assentamento de famílias sem terra

1994
800 mil
1998
1 milhão
2002
Sem meta

texto aprovado pelo diretório nacional em 28/6, agora suprimido: "Assentamento de 500 mil famílias e recuperação de 500 mil assentamentos, com impacto na geração de 2 milhões de empregos."

Lula discursa em convenção nacional do PT

Meta de colheita de safra

1994
100 milhões de toneladas

1998
100 milhões de toneladas

2002
Sem meta

Reforma política

Orçamento Participativo

■ Na esfera federal, adoção é inviável

■ Modelo estadual, que enfrenta dificuldades, terá de ser aperfeiçoado

■ Estímulo à adoção no nível municipal, como já vem sendo feito pelo partido em várias prefeituras

OUTRAS PROPOSTAS

● **Sistema de governo**
Lula é parlamentarista, mas PT defenderá manutenção do presidencialismo, respeitando resultado de plebiscito de 1993

● **Consultas populares**
estímulo à realização de plebiscitos e referendos. Exemplos de temas: Alca, pena de morte

✓ **Sistema de voto**
Lula defende a mudança do voto, hoje proporcional, para voto distrital. Mas o PT optou pelo modelo de listas partidárias, em que o eleitor vota no partido diretamente (não em nomes). O partido preenche sua cota de eleitos a partir de lista definida previamente

● **Fidelidade partidária**
punir com perda de mandato deputado que muda de legenda; discute-se mecanismo para resguardar mudança por "ideologia", bem como para fundar novo partido

➔ **Voto obrigatório**
Lula é a favor do voto facultativo, mas PT defende a manutenção da obrigatoriedade, como instrumento de inclusão política

● **Financiamento público exclusivo de campanhas**
proporcional à votação obtida na eleição anterior. Não deverá ser apresentada proposta de como recursos seriam distribuídos

➔ **Proporção de bancadas**
reduzir as bancadas na Câmara pela população, assegurando uma representação mínima para os menores Estados

Partido exclui números sobre assentamento

DA REPORTAGEM LOCAL

O PT decidiu retirar do programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva o comprometimento com meta numérica de assentamento de sem-terra.

A decisão foi tomada na quinta pela comissão do partido que elabora o programa de agricultura e reforma agrária, a ser lançado neste mês.

Na reunião do diretório nacional petista de 28 de junho, foi aprovado o documento que balizou a elaboração do programa, do qual constava o objetivo de assentar 500 mil famílias em quatro anos.

Aquela meta já era menor do que a de candidaturas anteriores de Lula: em 94, a promessa foi assentar 800 mil famílias; em 98, subiu para 1 milhão.

Um mês depois, quando o texto-base do programa foi divulgado, decidiu-se jogar a decisão final sobre manter ou não a meta de assentamento para o caderno específico a respeito de reforma agrária.

A decisão da comissão de agricultura, que excluiu a meta deste caderno, pode em tese ainda ser revertida por uma orientação política do partido, dependendo da repercussão que a medida tiver junto a setores do partido, a movimentos sociais e ao MST.

A mudança é improvável, no entanto, uma vez que a resolução da última quinta-feira tem o respaldo do presidente nacional do PT, José Dirceu, e do secretário-geral do programa de governo de Lula, Antônio Palocci Filho.

A decisão de retirar a menção às metas condiz com a filosofia geral da campanha de Lula, que é de ser "realista", evitando

criar expectativas exageradas.

O PT tem evitado ao máximo se comprometer com números porque sabe que assumiria o governo com limitações orçamentárias sérias, originadas, por exemplo, do novo acordo com o Fundo Monetário Internacional.

"Não é prudente falar em metas agora, já que não sabemos em que condições econômicas e de investimento público assumiríamos o governo", disse o economista e professor da Unicamp José Graziano, um dos responsáveis pelo programa agrário de Lula.

Graziano afirma ainda que o PT não quis estabelecer uma meta de forma "acelerada". "É preciso estudo mais aprofundado, um plano detalhado de reforma agrária, que estabeleça metas não só nos Estados, mas por regiões", disse.

O partido de Lula pretende dar início à elaboração de um plano nacional de reforma agrária — com a participação de trabalhadores e empresários — após a eleição, caso a vença. "Nossa intenção é assentar o maior número possível de famílias nos quatro anos", afirmou Graziano.

O presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu assentar 280 mil famílias em 1994 e afirma ter cumprido a promessa. No entanto, como revelou série de reportagens da Folha, as estatísticas oficiais eram inflacionadas pela inclusão de assentamentos sem infraestrutura básica.

O PT tampouco fará menção a uma meta de safra. Em campanhas anteriores, o partido defendia safras de 100 milhões de toneladas de grãos ao ano.

Também não constará do texto referência direta ao MST nem à sua estratégia de atuação. O texto falará em reforma agrária "pacífica e negociada" e colocará a "desapropriação por interesse social" como instrumento primordial.

EU VOTO EM LULA



Porque chegou a hora

GILBERTO GIL, 60, cantor e compositor

Partido e presidencialista divergem sobre reforma política

DA REPORTAGEM LOCAL

Alguns dos pontos que o PT defende para a reforma política colidem com a opinião pessoal de Luiz Inácio Lula da Silva.

Com relação ao sistema de governo, o presidencialista petista defende o parlamentarismo pelo menos desde o final dos anos 80, mas há muito se rendeu à opinião predominante no partido, que fechou questão pelo presidencialismo já no plebiscito de 1993.

Desta vez, o PT nem discute a mudança no sistema de governo,

pois acredita que o resultado da aquela consulta popular ainda tem de ser respeitado.

Voto obrigatório

O candidato do PT também não esconde sua rejeição ao voto obrigatório. Em quase todos os discursos que profere, defende que o eleitor saia de casa para votar "por livre e espontânea vontade".

No entanto, há amplo consenso entre os especialistas do partido em reforma política de que o voto obrigatório tem de ser mantido. "É um instrumento de parti-

ciação popular e de inclusão", diz a cientista política **Maria Victoria Benevides**, do PT.

Sistema de voto

Outro exemplo de discordância é quanto ao sistema de voto. Lula tem uma preferência pelo voto distrital, segundo o professor da USP Francisco de Oliveira, autoridade no partido sobre o tema. Neste modelo, o candidato seria eleito por distrito.

Mas o PT fechou questão em torno do sistema de listas partidárias, que é uma alternativa pela

qual o eleitor vota no partido diretamente, não no candidato.

Proporcionalmente à votação obtida, a legenda preenche sua cota a partir de lista definida previamente.

O presidencialista tem afirmado que respeita a vontade da maioria de seus companheiros.

Entre os pontos em que há concordância de Lula com o PT estão o financiamento público exclusivo de campanha, a redivisão das bancadas estaduais na Câmara, respeitando critérios de população e a fidelidade partidária.